

HÉLIO APOLIANO CARDOSO

# Exceção de Pré-Executividade

TEORIA E PRÁTICA

- > Hipóteses de cabimento
- > Honorários advocatícios. Regras, segundo o STJ
- > Matérias arguíveis
- > Prazo para interposição da exceção de pré-executividade
- > Recebimento no efeito suspensivo
- > Recursos cabíveis. Regras
- > Reexame de provas pré-constituídas. Possibilidade de apreciação, entendimento do STJ



**JHMIZUNO**  
EDITORA DISTRIBUIDORA

## Exceção de Pré-Executividade - 3ª edição

© Hélio Apoliano Cardoso

J. H. MIZUNO 2015

Revisão:

Rita de Cássia Travagim Klein

**Ficha Catalográfica Elaborada Por**  
**Meyre Raquel Tosi**  
**Bibliotecária – CRB 8 nº 759**

347.952 C262e	Cardoso, Hélio Apoliano. Exceção de pré-executividade: teoria e prática/Hélio Apoliano Cardoso. 3.ed.  Leme: J. H. Mizuno, 2015. 472p. 24cm.  Inclui referências Inclui índice alfabético remissivo.  11. Direito – Exceção – Execução. 2. Exceção – Execução – Direito. 3. Execução – Exceção – Direito. 4. Pré-executividade. I. Título.	
ISBN 978-85-7789-227-3		CDD 347.952
<b>Índice para o Catálogo Sistemático</b>		
Direito – Exceção – Execução		347.952
Exceção – Execução – Direito		347.952
Execução – Exceção – Direito		347.952
Pré-executividade		347.952

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editorajhmizuno.com.br](http://www.editorajhmizuno.com.br)

e-mail: [atendimento@editorajhmizuno.com.br](mailto:atendimento@editorajhmizuno.com.br)

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

# Sumário

---

<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>Introdução</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>Raízes históricas</b> .....	17
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>Questão da denominação</b> .....	19
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>Conceito</b> .....	21
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>Objetivo</b> .....	23
<b>CAPÍTULO 6</b>	
<b>Fundamentos</b> .....	25
<b>CAPÍTULO 7</b>	
<b>Instrumentos de oposição à execução</b> .....	29
<b>CAPÍTULO 8</b>	
<b>Instrumento de oposição ao cumprimento de sentença. Astreintes. Revisão. Possibilidade</b> .....	33
<b>CAPÍTULO 9</b>	
<b>Do Prazo</b> .....	35
Do prazo para interposição da exceção de pré-executividade abordando matérias alusivas às condições da ação, os pressupostos processuais .....	38
<b>CAPÍTULO 10</b>	
<b>Hipóteses de cabimento</b> .....	39
Interposição de exceção de pré-executividade, ainda que não suscitada, antes, em sede de embargos à execução .....	41

**CAPÍTULO 11**

<b>Matérias arguíveis</b> .....	45
1. Possíveis de conhecimento de ofício pelo juiz .....	45
2. Fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito do exequente, desde que comprovados de plano.....	48
3. Vício aferível de plano .....	49
4. Excesso de execução.....	51
5. Falta de condições da ação.....	54
6. Alongamento de débito.....	56
7. Prescrição.....	58
8. Ilegitimidade passiva, sem necessidade de dilação probatória.....	63
9. Suspensão de crédito tributário. Constatação de plano.....	65
10. Discussão da aplicabilidade de multa e juros em processo falimentar .....	65
11. Para reconhecer a imunidade tributária em execução fiscal .....	69
12. Na execução fiscal, em matérias conhecíveis de ofício e que não demandam dilação probatória .....	70
13. Ausência dos requisitos de validade do título executivo (liquidez, certeza e exigibilidade) .....	70
14. Astreintes (multas) - aplicação e revogação - discricionariedade do julgador - apreciação em sede de exceção de pré-executividade – aumento e minoração. Possibilidade.....	71
15. Declaração de inconstitucionalidade de norma tributária via exceção de pré-executividade. Possibilidade .....	74

**CAPÍTULO 12**

<b>Evolução e ampliação do núcleo das matérias arguíveis</b> .....	79
--	----

**CAPÍTULO 13**

<b>Casos mais frequentes de sua aplicabilidade</b> .....	85
--	----

**CAPÍTULO 14**

<b>Substituição dos embargos do devedor pela exceção de pré-executividade</b> .....	87
---	----

**CAPÍTULO 15**

<b>Prazo para interposição</b> .....	89
--------------------------------------	----

**CAPÍTULO 16**

<b>Custas processuais no caso de movimentação da máquina judicial de forma indevida</b> .....	91
---	----

**CAPÍTULO 17**

<b>Honorários advocatícios</b> .....	93
1. Exceção de pré-executividade – honorários advocatícios. Cabimento da condenação em honorários – art. 19, § 1º, da lei n. 10.522/02 – Inaplicabilidade .....	93
2. Exceção julgada procedente. Cabimento de honorários.....	96

3. Extinção parcial da execução. Cabimento de honorários .....	102
4. Desistência da execução fiscal. Extinção do processo. Cabimento de honorários.....	103
5. Exceção julgada parcialmente procedente. Honorários advocatícios. Base de cálculo.....	103
6. Exceção de pré-executividade. Honorários advocatícios. Acolhimento parcial. Cabimento de honorários advocatícios .....	106
7. Exceção julgada totalmente improcedente. Não-cabimento de honorários .....	108
8. Honorários advocatícios em sede de execução fiscal. Afastamento de honorários com base no artigo 19, § 1º, da Lei 10.522/2002. Não aplicação ao procedimento regido pela LEF .....	111
9. Conclusões .....	114
10. Critérios para o cabimento de honorários advocatícios em sede de exceção de pré-executividade .....	115

## **CAPÍTULO 18**

<b>Recurso cabível</b> .....	117
1. Da decisão que inadmite a exceção de pré-executividade. Continuidade da execução. Agravo de instrumento.....	117
2. Da decisão que acolhe exceção de pré-executividade sem extinguir a execução. Agravo de instrumento.....	121
3. Da decisão que admite a exceção de pré-executividade, pondo fim ao processo de execução. Apelação .....	121

## **CAPÍTULO 19**

<b>Aceitação do princípio da instrumentalidade das formas</b> .....	123
---	-----

## **CAPÍTULO 20**

<b>Recebimento no efeito suspensivo</b> .....	127
1. Entendimento doutrinário .....	127
2. Entendimento da jurisprudência .....	131

## **CAPÍTULO 21**

<b>Reexame de provas pré-constituídas. Possibilidade de apreciação</b> .....	135
Jurisprudência específica do STJ acerca da matéria em discussão.....	136

## **CAPÍTULO 22**

<b>Outras considerações</b> .....	139
-----------------------------------	-----

## **CAPÍTULO 23**

<b>Razões derradeiras</b> .....	141
---------------------------------	-----

## **CAPÍTULO 24**

<b>Considerações finais</b> .....	143
-----------------------------------	-----

**PARTE PRÁTICA**

1. Exceção de pré-executividade em financiamento imobiliário.....	149
2. Exceção de pré-executividade em execução por cédula de crédito comercial com garantidores .	156
3. Inicial. Em execução de cheque.....	181
4. Inicial. Cheques. Prestação de serviços.....	187
5. Inicial. Cobrança de multa contratual em locação.....	194
6. Inicial. Execução de duplicatas e cheques.....	201
7. Objeção de pré-executividade em execução .....	210
8. Petição impugnando o cabimento de exceção de pré-executividade .....	218
9. Inicial. Excesso de execução. Cobrança de juros capitalizados + TR. Indenização por danos morais.....	222
10. Inicial. Cédula de crédito industrial com garantidores .....	233
11. Inicial. Contrato de renegociação/reconhecimento e confissão de dívidas .....	261
12. Inicial. Contra banco. Notas promissórias .....	290
13. Inicial. Cobrança indevida de seguro .....	297
14. Inicial. Duplicatas ilíquidas, incertas e inexigíveis. Falta de aceite e de comprovante idôneo de recebimento das mercadorias .....	324
15. Impugnação. Duplicatas ilíquidas, incertas e inexigíveis. Falta de aceite e de comprovante idôneo de recebimento das mercadorias .....	330
16. Inicial. Contrato. Cédula de crédito industrial.....	334
17. Inicial. Contrato de Seguro. Ausência de ciência e de sinistro.....	406
18. Inicial. Pleiteando a exclusão dos sócios-proprietários na execução fiscal .....	438
19. Recursos .....	444
19.1. Agravo de Instrumento contra decisão que inadmitiu exceção de pré-executividade. Duplicatas e cheques.....	444
19.2. Apelação. Contra sentença que admitiu exceção de pré-executividade.....	457
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>465</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....</b>	<b>467</b>